



ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhores deputados, nós estamos integrando o sistema novo. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a todos que nós estamos em fase de implantação do novo painel de votação. Ainda falta integrar todos os deputados ao sistema, estamos captando os dados, os microfones das mesas, mas dentro de uma semana acho que estarão todos instalados. Quero justificar a ausência da deputada Mara Caseiro que nos dias 12, 13 e 14 de setembro estará representando a Alems na 8ª edição da Semana de Avaliação em Escolas de Governo (Saeg), na sede das Organizações Unidas (ONU), conforme CI nº 0089/2023 - GAB/Pres. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Octogésima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Renato Câmara, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Oito da Septuagésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.967/2023, do Ministério da Saúde; Ofício nº 23/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 517 e 520/2023, da Caixa Econômica Federal. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Roberto Hashioka, João Henrique, Paulo Corrêa e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João César Mattogrosso e Junior Mochi. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 241/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 5/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes, apensado ao Projeto de Lei nº 88/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Lei nº 21/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 211/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Terezinha Teodoro Serafim; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Antonio Albres Viegas, Camila Marcon Frésca e Dalmir Estigarribia Marques; requerimentos de moções de pesar, de autoria dos deputados Antonio Vaz e Professor Rinaldo, endereçadas aos familiares de Francisco Alberto Monteiro Marcos;*

requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Irmo Mathias Teixeira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Newton Ambrosio Abrego Filho; requerimento de moção de aplauso, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao sargento Luiz Carlos Santos Messias, pela sensibilidade de enfeitar todas as manhãs a entrada do estacionamento com flores, e também pela forma humana e alegre com que ele recebe as pessoas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao diretor e toda a equipe da Escola Estadual Vespasiano Martins, pela celebração dos setenta anos de história; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao desembargador Alexandre Bastos, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJE), do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao Grupo de Atuação Especial dos Promotores de Justiça do Tribunal do Júri por idealizarem, planejarem e executarem durante o mês de agosto, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a campanha "Seu silêncio pode matar você", que aborda a violência doméstica e seu enfrentamento; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à assistente social Aurea Domingues, pelos dez anos dedicados ao consultório de rua; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos professores e alunos da Escola Estadual Professor Silvio Oliveira dos Santos, pela premiação como a melhor escola pública na etapa regional da Olimpíada Brasileira de Robótica, que ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto 2023, no Ginásio Moreninho (UFMS), nesta capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à senhora Joana Guerreira, pelo lançamento do livro "A mentira"; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Frederico Reis Pouso Salas, à capitã Karla Duailibi Pereira e ao cabo Pedro Henrique de Souza Raquel, integrantes do Grupamento de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros, e ao delegado da Polícia Civil, Enilton Pires Zalla; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao terceiro-sargento QPPM Richardson dos Santos Duarte; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Everaldo Leite Dias, pelos quarenta anos de fundação da padaria Pão Dourado; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados, pela inauguração da Biblioteca da Fadir, ocorrida no dia 25 de agosto de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel Davi, endereçada aos policiais e bombeiros envolvidos nas buscas e investigação do homicídio do Jovem Hugo Vinicius Skulny Pedrosa; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares lotados no batalhão de choque, subtenente PM Flavio Andrade da Silva, segundo-sargento PM Paulo Roberto Gavilan Garcia, cabo PM Silvestre Cosme Sanches Alves, cabo PM Alan Delon Batista, cabo PM Alison da Silva Silveira, cabo PM Thiago David Mareco de Souza, cabo PM William Moreno Santana Gonçalves e soldado PM Lucas Pacheco de Paula, pelo reconhecimento ao evitar a continuação de ações delituosas de um meliante de alta periculosidade, velho conhecido dos agentes da lei; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao comandante da Polícia Militar, Coronel Renato dos Anjos Garnes, ao sargento QPPM Jeferson de Moraes Farias e ao cabo QPPM Ariovaldo Aparecido Colman, pelo resgate de ribeirinhos em um incêndio ocorrido no Porto da Manga, em Corumbá. Requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Junior Mochi, aos pleitos dos municípios de Mato Grosso do Sul, conforme justificativa, em apoio ao movimento encampado pela Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), face à queda expressiva dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para a realização da Sessão Solene de entrega da Comenda e Diploma de Honra ao Mérito



Legislativo, em homenagem aos participantes e pioneiros dos Clubes de Desbravadores e Aventureiros do Mato Grosso do Sul - Resolução nº 21/2023; requerimentos de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gerson Claro, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Lucas de Lima, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, João Henrique, Zeca do PT, Roberto Hashioka, Lidio Lopes, Jamilson Name, Antonio Vaz, Marcio Fernandes e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de setembro do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa e a Mesa Diretora, na figura do presidente, pela pré-inauguração do novo sistema de votação, o painel digital. Quero agradecer aos deputados e aos colaboradores que trabalharam aqui no final de semana para que houvesse essa montagem. Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2023: Ofício nº 1.967/2023, do Ministério da Saúde, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3840/2023); Ofícios nºs 135 e 136/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), respondendo às indicações do deputado Renato Câmara (Prot. nºs 3698, 3699/2023); Ofício nº 84/2023, Detran de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Lidio Lopes (Prot. nº 3662/2023); Ofícios nºs 319 à 321/2023, da Prefeitura Municipal de Fátima de Sul, respondendo às indicações do deputado Lucas de Lima (Prot. nºs 3614, 3626, 3791/2023). Foi lido o expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Quero parabenizar a Mesa Diretora pelo novo sistema de votação, e a todos os envolvidos. Cumprimentar a Jaqueline, do Jornal Campo Grande News, que hoje veio verdadeiramente caracterizada de tucana. Eu achei muito bacana e espero que essa nota saia no jornal. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando estudo de viabilidade para reforma de um antigo prédio que pertence ao governo do estado, local da primeira escola do distrito de Albuquerque, em Corumbá. Justificativa: Esse é um pedido do vereador Helinho. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte do Estado de Mato Grosso do Sul (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis, solicitando a instalação de equipamento de defesa metálica guard-rail no quilômetro duzentos e

duzentos e um, às margens da BR-060, no perímetro urbano do município de Camapuã. Esse é um pedido do vereador Gerson Júnior. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania de Mato Grosso do Sul, com cópia ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), senhor Herculano Borges, solicitando estudo para a implementação de uma arena esportiva no distrito de Boqueirão, no município de Jardim. Esse é um pedido do vereador Cesar Nogueira. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, eu tenho aqui uma moção de pesar endereçada à família do senhor José Thomaz, fundador da tradicional lanchonete campo-grandense Thomaz Lanches, pelo seu falecimento ocorrido no dia 11 de setembro de 2023. Nessa moção eu faço um breve histórico da vida do senhor José Thomaz, dos negócios que ele empreendeu aqui na capital. Se aprovada, eu gostaria que esta moção fosse redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Coronel David, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento do empresário José Thomaz, fundador da tradicional lanchonete campo-grandense Thomaz Lanches, pelo seu falecimento ocorrido no dia 11 de setembro de 2023. É com respeito e grande tristeza pelo seu falecimento que os membros da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul apresentam esta homenagem."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Caso Vossa Excelência concorde, essa moção será feita pela Casa.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim, senhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então a moção será encaminhada pela Casa a pedido dos deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, João César e minha.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, uma indicação que me foi solicitada pelo senhor Erocy Antonio Scaini, presidente do Diretório Municipal do Partido Liberal de São Gabriel do Oeste, e pelo senhor Jacir Malacarne, presidente da Associação Empresarial de São Gabriel do Oeste, e também vice-prefeito, solicitando, em caráter de urgência, o aumento do efetivo na 12ª Companhia Independente da Polícia Militar, bem como a disponibilização de mais uma viatura. Tenho aqui uma moção de apoio endereçada à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, representada por seu comandante-geral, coronel Renato dos Anjos Garnes, face ao excelente trabalho desenvolvido no desfile de 07 de Setembro, quando evitou que manifestantes invadissem a área reservada às autoridades, garantindo assim a segurança e a integridade física de todos. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Apresento um projeto que visa a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho e dá outras providências. Fica instituído o processo "produzindo na terceira idade", no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo básico inserir no mercado de trabalho a pessoa idosa que esteja desocupada, aposentada ou não, através da adaptação da plataforma de atendimento do órgão responsável pela gestão das políticas públicas do estado de trabalho, emprego e renda, em Mato Grosso do Sul. Para a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, deve ser observada a legislação vigente em prol da pessoa idosa. A seleção da pessoa idosa para o mercado trabalho se dará por meio de critério estabelecido pelo contratante, observados os direitos previstos no capítulo VI da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro 2003, Estatuto da Pessoa Idosa. O Poder Executivo poderá adaptar a plataforma já existente no órgão responsável pela gestão das políticas públicas de trabalho, emprego e renda em Mato Grosso do Sul, para cadastro de emprego e cursos profissionalizantes com foco para atendimento da pessoa idosa. A adaptação da plataforma de que trata o artigo 4º, quando implementada pelo Poder Executivo, deverá conter a área identificada para a inscrição da pessoa idosa, a área para a inscrição das empresas que vão ofertar as sugeridas vagas à pessoa idosa, a lista de vagas de empregos oferecidos, que tragam identificação dos cursos que poderão oferecer enquadramento da pessoa idosa no mercado de trabalho. Justificativa: O projeto de lei visa a fomentar e reinserir a pessoa idosa no mercado trabalho do estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a população idosa é um grupo que tem crescido muito, pessoas com idade superior a sessenta anos chegará a dois bilhões até 2050, e representará um quinto da população mundial. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a população brasileira está envelhecendo e o Mato Grosso do Sul segue na mesma tendência. De acordo com o levantamento realizado pela CIS/MS, nos últimos cinco anos houve um acréscimo de quase cem mil pessoas idosas no estado de Mato Grosso do Sul, significando que de cada vinte sul-mato-grossense, três têm sessenta anos ou mais, totalizando quatrocentos e doze mil pessoas idosas no estado, o equivalente a 15% da população total. Essa parcela populacional cresce em uma velocidade três vezes maior que a medida do restante da população. Agora uma moção de aplauso que deverá ser redigida nos seguintes termos: O Parlamento sul-mato-grossense, legítimo representante de todos os segmentos sociais do estado, por iniciativa do deputado estadual Antonio Vaz, aplaude o deputado federal Marcelo Crivella, pela PEC nº 05/2026, que prevê a isenção de impostos na construção e reformas dos templos religiosos e para obras de prestação de serviços, como a construção de creches, asilos ou comunidades terapêuticas. Professar uma religião é considerado como de extrema importância para 92% da população brasileira, parcela essa que pratica alguma religião, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa senda, a imunidade tributária deferida a essas organizações, tal qual a elegida em favor do patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações para entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação, de assistência social sem fins lucrativos, CRFP, alínea C, do inciso VI, do artigo 150, encontra justificativa única: interesse social. Era só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que acompanha esta Sessão através da TV Assembleia e pelas mídias sociais. Senhor presidente, quero parabenizar a Mesa Diretora pela iniciativa da mudança do nosso sistema de participação e votação nesta Casa de Leis, e falar também que hoje nós vivemos um momento de modernidade e inclusão, e é por isso que eu vou apresentar aqui hoje um projeto de lei que já está sendo amplamente divulgado. O projeto de lei dispõe sobre o uso de carrinhos de compras adaptados, em hipermercados e supermercados, para atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os hipermercados e supermercados localizados em Mato Grosso do Sul deverão disponibilizar, no mínimo, dois carrinhos de compras adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Os carrinhos deverão estar devidamente adaptados para uso exclusivo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devendo contemplar a tração por rodas automatizadas ou manuais, e possuir espaço para colocar as compras. Essa iniciativa surgiu do vereador Creusimar Barbosa, de Dourados, do União Brasil, que é cadeirante em função de um problema de saúde, e a Câmara de Vereadores teve que ser toda adaptada para que pudesse acolhê-lo. Portanto esse projeto vem da iniciativa de um vereador que sente na pele a dificuldade de fazer compras sendo cadeirante. Em Dourados, já é uma realidade a utilização desses carrinhos nos hipermercados e supermercados, haja vista que o custo não é tão elevado quanto se pensa, todo comerciante que possui um grande estabelecimento tem orçamento para isso e o Mato Grosso do Sul, de alguma forma, vai colaborar nesse processo de inclusão. A gente precisa falar disso todos os dias, porque as pessoas com deficiência muitas vezes são esquecidas. E este Parlamento, mesmo com as adaptações que já ocorreram, ainda precisa avançar muito para que os cadeirantes, as pessoas com deficiência, possam também participar. Afinal nós estamos numa Casa de Leis que é também a casa do povo de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Varanes Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), solicitando a destinação de recursos para a instalação de redutores de velocidade, bem como a instalação de sistema de iluminação pública no trevo que dá acesso ao distrito de Indápolis, na BR-376, entre os municípios de Dourados e Fátima do Sul, um trecho muito perigoso onde ocorrem vários acidentes. Outra indicação ao senhor Nunes Varanis Júnior, do Dnit, solicitando a viabilização de recursos para a realização de obras de duplicação da BR-376, no trecho de onze quilômetros que liga os municípios de Vicentina e Fátima do Sul. O trecho de Dourados a Fátima do Sul é considerado muito crítico, e o trecho de Fátima do Sul a Vicentina também precisa urgentemente de duplicação para garantir a segurança das pessoas que trafegam por aquele trecho. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, ao senhor José Carlos Barbosa, vice-governador, e ao senhor Laércio Alves de Carvalho, reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação do curso de Medicina no campus da UEMS em Dourados. Essa foi uma bandeira levantada pelo deputado federal Geraldo Resende, que é do



PSDB, mas nós, enquanto representantes da bancada de Dourados aqui na Assembleia Legislativa, não podemos deixar de reforçar esse pedido, considerando que a construção do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul já está em fase de finalização e deve ser inaugurado até o final deste ano. Será necessário absorver a alta demanda de atendimento do município de Dourados e da sua macrorregião que compõe mais trinta e três municípios. Por esse motivo, é de suma importância a implantação do curso de Medicina na UEMS a fim de garantir aos estudantes da região mais uma possibilidade de formação na área de Medicina e formar profissionais capacitados para suprir a demanda de profissionais médicos nos hospitais de todo estado, mais precisamente na região de Dourados. O ofício já foi encaminhado ao governador Eduardo Riedel e agora a gente solicita que estudos sejam feitos para comprovar a necessidade de mais um curso de Medicina na UEMS de Dourados, para atender especificamente o Hospital Regional, que, se Deus quiser, estará pronto até o final deste ano. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. Quero apresentar uma moção de congratulação à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, pela atuação durante o desfile em comemoração à Independência, no último dia 7 de setembro, quando eles conseguiram manter a paz e a ordem, apesar da tentativa de ativistas de extrema esquerda tumultuar. O deputado Coronel David já havia apresentado anteriormente e eu vou assinar junto com ele. Parabéns à Polícia Militar! Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e redes sociais. Tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após o ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Educação, e ao coordenador regional de Educação, solicitando a reforma da coordenadoria regional de Educação, localizada no município de Aquidauana. Esse pleito é da comunidade, do vereador Cruz, e da Câmara de Vereadores, que solicita essa reforma para proporcionar à população melhores condições de atendimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à bancada federal do estado de Mato Grosso do Sul, solicitando apoio com destinação de recursos através de emendas parlamentares, para revitalização dos parques, adequando-os para atender a população de Dourados, que não utiliza essas áreas de lazer por falta de infraestrutura. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, gostaria de convidar a Comissão de Meio Ambiente para a reunião que teremos hoje à tarde, a partir das quatorze horas, com a participação de dois técnicos, um deles irá falar sobre o fundo de recursos hídricos de Mato Grosso, e o outro sobre o fundo de recursos hídricos de São Paulo. É importante entendermos como esses dois estados têm feito a gestão dos recursos hídricos, para podermos discutir a gestão dos nossos recursos hídricos. Aproveitando a oportunidade, convido todos os deputados para participarem da manifestação externa do doutor Ayres, nesta Sessão, que vai falar sobre o Zoneamento Ecológico Econômico, um tema fundamental em uma pauta importante, ainda mais agora que se discute a Lei do Pantanal. Esse é um instrumento que tem a capacidade de solucionar muitos problemas que têm sido colocados em pauta neste momento, no nosso estado. Convido todos os deputados a ficarem até o final da Sessão para participar e ouvir as explicações do doutor Ayres, que é um dos maiores especialistas nessa área. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, quem nos assiste e nos ouve pela TV e Rádio ALEMS, amigos e amigas da imprensa. Tenho duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da República, presidente do G20, presidente do Mercosul, senhor Luiz Inácio Lula da Silva; ao ministro-chefe da Casa Civil, senhor Rui Costa; à ministra Nísia Trindade; e ao secretário especial de Saúde Indígena, senhor Ricardo Weibe Nascimento Costa, solicitando a disponibilização de recursos para a reforma e ampliação do prédio da Unidade Básica de Saúde Indígena Panduí, localizada na aldeia Amambai, no município de Amambai. Uma outra indicação, com a mesma destinação, solicitando disponibilização de recursos para reforma do prédio do polo base do Dsei, localizado no município de Miranda. Era o que eu tinha. Agora pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Com alegria eu quero registrar que hoje está sendo feita a licitação, deputado Zé Teixeira, deputado Paulo Corrêa, com recursos do governo federal via Dnit, da alça do trecho que sai da BR-267 até a ponte da Bioceânica no rio Paraguai, ao lado de uma propriedade de Vossa Excelência, inclusive com estrutura aduaneira, recurso disponibilizado no PAC, que vai garantir efetivamente que em 2025 tenhamos aqui as autoridades do governo federal do Brasil e Paraguai para a inauguração da ponte e do acesso ao Pacífico, integrando a América do Sul, nos colocando no centro do desenvolvimento do nosso continente. Quero registrar também que eu fiquei muito feliz quando li uma notícia de que, até que enfim, porque várias vezes cobrei providências quando deputado federal, do governo da Dilma, depois do governo do Temer, depois do governo Bolsonaro, sobre a bandalheira que se faz com dinheiro público a Missão Caiuá. O ministério da Saúde encaminhou e constatou que só para os Yanomamis, a ONG chamada Missão Caiuá recebeu três bilhões sem prestar contas. O



Ministério Público investigou e o Ministério da Saúde cortou qualquer outro convênio e vai começar garantir que os recursos destinados aos povos indígenas sejam destinados àquela gente, e não mais para enricar alguns da tal Missão Caiuá. Vou apresentar uma indicação ao governo do presidente Lula, pedindo para que a investigação da Missão Caiuá seja feita também dentro da Sesai, porque, com certeza, tem vinculação com pessoas de dentro da Secretaria Especial da Saúde Indígena. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas, àqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Eu tenho uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à magnífica reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, por sua reeleição no último dia 6 de setembro, para um novo mandato de quatro anos à frente da instituição. A senhora Elaine é formada em Administração e Contabilidade, é doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária, é mestre em Gestão Agroindustrial com especialização em Gestão de Pessoas e Docência. Esta moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossa Senhoria outorgar moção de congratulação à magnífica reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Elaine Borges Monteiro Cassiano, por sua reeleição no dia 6 de setembro. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, imprensa, população que prestigia esta Sessão. Hoje faço a apresentação de um projeto de lei, fruto da solicitação dos vereadores Pablo Juan Passos Correia, do MDB; Silas Nunes Ferreira, do PSDB; Reinaldo Garcia Andreia, do PSDB; e Denny Walk, que dá ao município de Nioaque o cognome de Vale dos Dinossauros. O município de Nioaque passa a ter o cognome de Vale dos Dinossauros. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Esse requerimento da Câmara Municipal de Nioaque foi aprovado, por unanimidade, pelos vereadores que representam a sociedade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando que seja incluído no plano de aplicação dos recursos oriundos de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), destinado à pavimentação e recuperação de rodovias, as rodovias abaixo especificadas: 1- rodovia MS-135, no trecho que liga o município de Costa Rica à BR-359; 2- rodovia MS-223, que liga o município de Costa Rica à MS-306; 3- rodovia MS-213 no primeiro trecho que se inicia na BR-163 até o KM 40; 4- rodovia MS-423, no trecho que inicia na BR-163 até a Serra da Alegria, no município de

Rio Verde, perfazendo um total de dezesseis quilômetros; 5- rodovia MS-430/435, que liga o município de São Gabriel do Oeste ao distrito do Areado; 6- rodovia MS-142, que liga o município de Camapuã ao distrito do Areado. Plenário Deputado Júlio Maia, 12 de setembro de 2023. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a formação de uma equipe técnica para fazer o levantamento de viabilidade técnica econômica para o levantamento do grade, encascalhamento, aplicação de solo e cimento na rodovia municipal PG-01, que liga a BR-163 a Pedro Gomes, até o rio Taquari, e segue perpassando pelo município de Coxim até a BR-359. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo Filho, para que seja determinada equipe técnica para fazer o levantamento e viabilidade técnica e econômica para o serviço de grade cascalhamento, aplicação de solo e cimento, na rodovia estadual MS-223, que liga trecho do distrito de São Romão ao distrito de Jauru, no município de Coxim. Por último, senhor presidente, uma moção de aplauso. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso à Associação Esportiva Galera do Taquari, pelo grande sucesso na realização da 3ª edição do Campeonato de Pesca Esportiva da Galera do Taquari que se destacou como um dos maiores eventos de pesca em Mato Grosso do Sul nos últimos anos. O evento foi realizado na Praça Noêmia Serrou Camy, conhecida como Praça do Flutuante, na cidade de Coxim, entre os dias 8 e 10 de setembro, e contou com o apoio e colaboração do governo do estado, da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Cidadania; da Prefeitura Municipal; da Câmara de Vereadores; da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura de MS. Na oportunidade, ocorreu também a primeira etapa do Festival de Praia, abrangendo competições em diversas modalidades esportivas. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Era só senhor, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, em razão da previsão normativa do artigo 67, do inciso II, da alínea B, da Constituição Estadual, por ser de competência reservada do chefe do Poder Executivo estadual, solicitando a criação de um projeto de lei visando à implantação do programa CNH Rural, cuja minuta segue anexa a esta indicação, com cópia ao diretor-presidente do Detran, Rudel Espíndola Trindade Júnior, e ao secretário do estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira. A presente indicação autoriza a criação do programa CNH Rural que é de extrema importância para o estado de Mato Grosso do Sul, visto que 33% do total de sua população reside na área rural, ou seja, duzentas e oitenta e sete mil pessoas. O objetivo precípuo dessa proposição é possibilitar aos agricultores familiares rurais do estado realizarem, de forma gratuita, todas as etapas do processo para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Temos que cientificar que a realidade da zona rural é completamente distinta da vida urbana, e é inexecuível a necessidade de flexibilizar o

processo de obtenção da CNH, pois o morador da zona rural não pode disponibilizar mais de dois mil reais e ainda se deslocar para aulas presenciais na autoescola mais próxima, que muitas vezes pode estar a cinquenta quilômetros de distância da sua casa. A importância do programa CNH Rural é contemplar os processos de habilitação, renovação, adição de categoria, que serão fornecidos, de forma gratuita, a quem se inscrever e for considerado apto na participação do programa. Diante do exposto, ressaltamos a importância da implementação desse programa e para isso contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação desta indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, solicitando a mudança da rede de alta tensão, localizada na região do rio Saladeiro, que passa por dentro do loteamento do senhor Leonildo para a lateral da rodovia MS-345, na altura do KM 1. Ressalto a relevância do pedido, considerando os riscos causados pela proximidade entre a rede de alta tensão mencionada e as residências existentes no local. A presente indicação visa a atender ao pedido de moradores da região, especialmente do vereador da cidade de Bonito, Toquinho, que procurou o nosso gabinete relatando tal necessidade, e protocolou pedido semelhante na Câmara de Vereadores do Município de Bonito. Moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Jefferson Francisco Oliveira. Se aprovada, a moção de pesar deverá ser redigida nos seguintes termos: a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais do povo sul-mato-grossense, por proposta do deputado estadual Lucas Lima, vem a vossa honrosa presença, consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento de Jefferson Francisco Oliveira, ocorrido no dia 3 de setembro deste ano. Que Deus, em sua infinita bondade, acolha e conceda conforto a todos que compartilharam dessa convivência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Odinel Arruda Soares. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais do povo sul-mato-grossense, através da proposta do deputado estadual Lucas de Lima, vem a vossa honrosa presença consignar seus votos profundo pesar pelo falecimento, no último dia 7, de Odinel Arruda Soares, cidadão bonitense que tanto contribuiu com o município de Bonito, dedicando sua vida à educação. Odinel foi vice-prefeito em Bonito no mandato de Nerci Soares dos Santos, era professor por formação, foi secretário de Educação, vereador, atuou como diretor da Escola Bonifácio Camargo Gomes e atualmente era diretor do colégio Honorato Jacques. Que Deus, em sua infinita bondade, o acolha e conceda conforto a todos que compartilharam de sua convivência, principalmente a seus familiares. Ontem, estive juntamente com o governador Eduardo Riedel, representando Vossa Excelência na entrega de mais de 143 milhões de investimentos do governo do estado, sendo cinquenta milhões aportados pela bancada federal de Mato Grosso do Sul. Noventa milhões foram destinados para a cidade de Campo Grande nesse mês de aniversário da nossa Capital Morena que vem sofrendo com obras que nunca terminam. O governador Eduardo Riedel está fazendo uma política não partidária, trabalhando para todos os partidos, principalmente para o povo do estado de Mato Grosso do Sul, e entregou essas obras que serão destinadas à modernização, como por exemplo, da avenida Duque de Caxias, asfalto e drenagem para alguns bairros que são esquecidos em Campo Grande, como o bairro Noroeste, Nashville, Norte Park



e Portal Caiobá. Parabéns ao governador Eduardo Riedel e a nossa bancada federal pelos investimentos de cento e quarenta e três milhões para nossa Capital Morena. Somente isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a instalação de redutor de velocidade do tipo quebra-molas, na Rua Assunção, próximo ao número 70, no bairro Jardim Morumbi, nesta capital. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Mali Pedão Mina, em razão do falecimento do seu esposo, senhor Jairo Roberto Mina, ocorrido no dia 10 de setembro de 2023. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 04634/2023). De autoria do deputado Coronel David: dez indicações (Prot. nºs 04640/2023, 04641/2023, 04642/2023, 04643/2023, 04644/2023, 04645/2023, 04670/2023, 04636/2023, 04637/2023, 04638/2023); um requerimento (Prot. nº 04677/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04660/2023); uma moção de apoio (Prot. nº 04661/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 04672/2023, 04674/2023, 04675/2023). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 04647/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04652/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: seis indicações (Prot. nºs 04664/2023, 04665/2023, 04667/2023, 04669/2023, 04668/2023, 04666/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: dois requerimentos (Prot. nºs 04635/2023, 04646/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas moções de pesar (Prot. nºs 04657/2023, 04658/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nº 04653/2023, 04654/2023, 04655/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 04639/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04659/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 04680/2023, 04681/2023, 04682/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04683/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 04663/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04673/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma moção de congratulação (Prot. nº 04671/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 04650/2023, 04651/2023, 04678/2023, 04679/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 04648/2023, 04649/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 04676/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, eu vou fazer uma inversão com deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, passo a palavra ao deputado João Henrique Catan, que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento. Antes, porém gostaria de agradecer a presença do senhor Adair Aparecido de Freitas, vice-prefeito do município de Inocência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, bom dia aos justos e aos honestos. Começo a fala de hoje inspirado numa matéria de jornal veiculada em um semanário de um empresário conhecido aqui no estado. É até estranho eu aparecer na capa de um jornal de cor não. Quando um jornal é colorido ou é preto e branco, ele tem cor sim e cor não, e eu sempre apareci na página não remunerada, na página de cor sim. Mas, deputado Rafael Tavares, pela primeira vez eu tenho a honra de aparecer na página de cor não, mesmo porque é uma página patrocinada, que custa caro. Então, é difícil aparecer na capa colorida, vistosa, tem que ter verba de publicidade para irrigar o peso e a importância dessa capa. O que me levou a aparecer na capa, senhor presidente, foram as denúncias que nós fizemos das empresas que prestam serviços à Cassems. Eu digo que tive a honra de aparecer na capa porque ainda não tenho conhecimento do motivo da mídia não ter divulgado a seriedade, a importância, a relevância das denúncias que nós fizemos nesta tribuna. Eu escutei a entrevista inteira e fiz o meu resumo. Esse tipo de abordagem de financiar, de comprar publicidade estampada na capa de jornais, há muito tempo não afeta parlamentares que têm uma base sólida. A maneira de fazer comunicação, a maneira de chegar aqui nesta Casa, mudou, eu falo com a minha base, senhor presidente, ela me ouve em som audível, e um veículo que ora se comporta de uma maneira, ora se comporta de outra, que diz fazer uma entrevista pinga-fogo... Eu fiquei curioso, inclusive, para participar dela, para ter o debate, o contraditório, mas ela se transformou em uma entrevista "lambe botas", ou melhor, "lambe avental", porque um dos princípios sagrados da credibilidade jornalística, da comunicação, é o contraditório. Queria este parlamentar poder participar de um debate importante. Nós já vimos esse mesmo hebdomadário adotar esse tipo de tática do morde e assopra. Lembro-me de palavras como "picanha gate" em denúncias do JBS, e ao fazer uma entrevista do tipo pinga-fogo, colocou duas pessoas ligadas ao PSDB para debater um tema que foi denunciado nesta tribuna. O diretor da empresa que se apresentou na entrevista disse não ter ligações políticas nos contratos da sua empresa, mas o Twitter dele é Ezequias Maistro, Ezequias_PSDB. Então, deputado Rafael Tavares, se a gente dobrar esse jornal e tentar fazer um origami, é possível que saia um tucano de lá, mas o que eu venho trazer hoje, nesta tribuna, é algo preocupante, deputada Lia Nogueira, é algo que esta Casa vai precisar tomar providências. Ouvi e li a referida entrevista do hebdomadário que disse que nós estávamos fazendo falsas acusações, deputado Neno Razuk, ilações, que nós não temos conhecimento do contrato. Sem dúvida, talvez a única verdade seja essa: Que esta Casa não teve conhecimento do contrato obscuro, estranho, malicioso, maldoso, que fora feito, colocando em garantia os servidores públicos do estado do Mato Grosso do Sul. Eu trago aqui, deputado Neno Razuk, deputado Rafael Tavares, um pedido de CPI muito bem embasado, para que nós promovamos a investigação completa e atenta dos contratos realizados na sede daquela instituição. Vossas Excelências não têm e não tiveram conhecimento das ilegalidades que foram realizadas pela empresa Suda, no âmbito da Cassems. Nós ouvimos do presidente da Cassems, deputado João César Mattogrosso, que o único órgão fiscalizador de seus contratos, presidente Gerson Claro, é a Agência Nacional de Saúde, e que foi ela que determinou

que essa empresa que deu prejuízo na cidade de Maringá, corresse do estado de Mato Grosso do Sul. A empresa Suda Odonto, deputado Pedrossian Neto, está colocando em risco a saúde dos servidores do estado do Mato Grosso do Sul, e aqui trago algo grave, preocupante, que precisa ser investigado e divulgado por toda a imprensa que não tem mais como se eximir. Não há condições morais e éticas de se sustentar, na escuridão, um contrato em que o único agente fiscalizador reconhece os graves prejuízos aos seus segurados. A Agência Nacional de Saúde que determinou a proibição, deputado Neno Razuk, há mais de oito meses, dessa empresa comercializar os planos e que essa empresa sumisse do mapa, não foi a Assembleia. Eu peço vênias a Vossas Excelências para ler a determinação da Agência Nacional de Saúde. "Considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento da saúde, de acordo com elementos constantes no Processo Administrativo nº 33910, 025434/2022-22, adota-se a seguinte resolução operacional: Artigo 1º - Fica determinado que a operadora Suda Odonto Planos de Saúde Ltda, Registro nº 414662, CNPJ "tal", promova a venda da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de trinta dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere esta resolução. Artigo 2º - Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Suda Odonto Planos de Saúde Ltda, com base no artigo 9º". Esse requerimento e essa determinação perdurou, senhores deputados, por oito meses, de setembro de 2022 até meados de maio do corrente ano. Apesar de ter rebatido este parlamentar que há indicações de intermediação política no referido contrato, somente após um dos sócios dessa empresa, Alexandre César Discioli, integrar a equipe de transição do Ministério da Saúde, é que essa empresa conseguiu ser reestabelecida, no mês de maio. Fato inegável é que esse contrato apresenta anormalidades econômico-financeiras, que colocam em risco a saúde dos servidores públicos do estado de Mato Grosso do Sul. E mais, se houve a comercialização durante o período de suspensão, esta Casa sequer teve conhecimento, pois foram oito meses de suspensão. Esta Casa não tem as informações acerca dos contratos que foram formulados através da comissão temporária, não há nenhuma resposta para podermos avaliar a quantidade de adesões, se é que houve, no período da referida suspensão. Rebateram a nossa fala na entrevista concedida na segunda-feira desta semana, dizendo que há inconsistência nos valores. Pode até ser que exista, mas o que há é uma maneira de esconder desta Casa e dos parlamentares a grave situação que está acontecendo na empresa Suda Odonto. Foi dito também que não há nenhuma vinculação com a empresa Sudamed que saiu fugida do estado do Paraná, precisamente da cidade de Maringá, mas fato é que no próprio site da Sudamed eles colocam que, além de toda a rede de parceiros, a empresa oferece aos seus clientes as suas clínicas odontológicas próprias e a Suda Odonto, onde atendem uma média de cinco mil pacientes cadastrados. Esse senhor Alexandre César Discioli, diretor-financeiro da Sudamed Maringá, é hoje, segundo o que aparece no contrato social, deputado Rafael Tavares, um dos sócios proprietários da empresa Suda Odonto. Para concluir, eu apresento, deputado João César Mattogrosso, deputado Rafael Tavares, um pedido de instauração de uma comissão para que seja feita uma investigação séria, parlamentar, para que possamos conhecer quais são as graves irregularidades, quais são as graves anormalidades econômico-financeiras e administrativas que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Concedo um aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, na sessão anterior Vossa Excelência subiu a essa tribuna e fez uma colocação sobre esse mesmo assunto, fez uma conta, inclusive o deputado Zé Teixeira, que é bom de matemática, disse que achou bastante estranho aquela soma que o senhor apresentou aqui, mas o senhor disse que esse contrato da Cassems com a Suda Odonto significava um valor de quarenta e cinco reais per capita, no período de dez anos...

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Doze.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Doze anos. Isso significaria um bilhão...

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Um ponto quatro bi.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Essa informação quando jogada assim para a população, causa uma dúvida na cabeça dos servidores, que pensam que estão sendo enganados, ludibriados, roubados. Quero dizer aos senhores que eu tive o cuidado de acessar os contratos da Cassems com a Suda Odonto, inclusive posso passar a cópia do contrato para quem quiser. Aliás, vou passar uma cópia ao deputado João Henrique e espero que ele restabeleça a verdade. Esse contrato que foi assinado no dia 31 de maio de 2022, traz um valor de vinte e dois reais e noventa centavos, e não de quarenta e cinco reais como Vossa Excelência anunciou aqui. Eu tenho aqui também um aditivo que foi feito a este contrato que traz o seguinte: no período de maio de 2023 a outubro de 2023, ou seja, até o mês que vem, o desconto será de 26,20%, cujo valor da mensalidade corresponderá a dezesseis reais e noventa centavos. Veja a diferença, o senhor colocou aqui quarenta e cinco reais, e o valor real é dezesseis reais e noventa centavos. Então, deputado João Henrique, eu acho que Vossa Excelência precisa esclarecer a população sobre o que foi falado e aquilo que realmente está no contrato. Vou passar para o senhor o contrato e o aditivo do contrato, onde consta que neste mês até o mês que vem o valor correto a ser cobrado é de dezesseis reais e noventa centavos. Então, nós precisamos tomar muito cuidado, eu não sou advogado da Cassems, não tenho nenhum interesse nessa discussão, a não ser defender o plano de saúde dos servidores públicos. Quero dizer a Vossa Excelência que tive o cuidado de analisar alguns planos de saúde. A Unimed está há dois anos no vermelho, e os planos de saúde no Brasil estão trabalhando com muita dificuldade, a ponto de fechar as portas, e a crise também se abateu sobre a Caixa de Assistência dos Servidores Públicos de Mato Grosso Sul. Então, eu acho que ficar criando nuvem de fumaça em cima dessa questão, é prejudicar o plano de saúde do servidor que ainda é um plano acessível, tem tarifas módicas, e tem um atendimento de qualidade à população, basta conversar com os servidores. Só para concluir, veio até mim uma servidora dizendo que é um absurdo o que a Cassems está cobrando, e eu disse a ela: faça só uma experiência, vá até o escritório da Unimed e veja quanto você pagaria hoje por um plano de saúde para você e para sua família e quanto você está pagando para a Cassems. Então, era isso que eu queria colocar, deputado, porque cria-se uma nuvem de insegurança, o servidor pode

deixar o plano, comprometer ainda mais essa crise que ele está vivendo, e amanhã ou depois ficará sem plano de saúde. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a sua fala ao meu discurso, mas antes quero dizer que Vossa Excelência é um privilegiado, e na qualidade de defensor da Cassems, eu não coloco Vossa Excelência como advogado porque o senhor não foi contratado para fazer esse papel e não tem OAB, mas está, sim, defendendo a Cassems, e por ser defensor das obscuridades que estão acontecendo lá dentro, foi o único parlamentar que teve acesso a esse contrato. Então, vou repetir o que eu já disse nesta tribuna e gostaria que Vossa Excelência prestasse um pouco mais de atenção. Chegaram denúncias para nós sobre esse contrato odontológico, porque já tem de contrato oncológico, diagnóstico e inúmeros outros que estão mostrando verdades. Começaram no patamar de dezesseis, dezoito, vinte, e houve a aprovação para alterar para quarenta e cinco. A própria Cassems disse, em uma matéria, que mantém o plano, tem a contribuição fixa, mas o fator participativo do custo de ortos, tratamentos e procedimentos médico-odontológicos vai de trinta e cinco ao limite de cento e quarenta por grupo familiar. Então, deputado Pedro Kemp, o que nós dissemos, nesta Casa, é que queríamos conseguir a cópia desse contrato que Vossa Excelência está nos dando e também que, por estimativa, o número era de duzentos e dezessete mil beneficiários, que multiplicado por vinte daria quatro milhões por mês, vezes doze anos, daria um determinado valor, e que se fosse quarenta e cinco, daria cem milhões por ano, vezes doze, daria um bi e quatrocentos. Isso quer dizer que nós precisamos investigar, há algo errado, senão o único agente fiscalizador não iria reiterar que há graves anormalidades econômico-financeiras que colocam em risco o atendimento à saúde, e determinar, deputado Pedro Kemp, que essa empresa suma do mapa, suma de Mato Grosso do Sul. Foi isso que a Agência Nacional de Saúde fez, e nós temos que conhecer a gestão desses contratos.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Permito um aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Primeiramente quero parabenizá-lo pelo seu questionamento e dizer que da última vez que o doutor Ricardo Ayache esteve nesta Casa, ele combinou com os deputados que responderia todos os ofícios encaminhados diretamente a ele. Eu queria dizer que eu já fiz cinco ou seis ofícios, mas nenhum foi respondido, inclusive esse referente ao contrato da empresa Suda que a gente não teve acesso ainda para saber exatamente qual o tipo de parceria que essa empresa tem com a Cassems. Faço um apelo ao doutor Ricardo Ayache para que ele cumpra a sua palavra e responda aos deputados que querem saber para onde está indo o dinheiro do servidor público. Obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Agradeço e incorporo a fala de Vossa Excelência.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Concedo um aparte ao deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Primeiramente eu acho estranho o deputado Pedro Kemp dizer que não é defensor da Cassems porque ele não é advogado. Deputado, de qualquer forma o senhor é defensor da administração atual da Cassems e não dos servidores, porque o que a gente está pedindo aqui é transparência e o senhor tem acesso a um contrato que todos que têm requerimento não obtiveram resposta. Eu não estou questionando a sua conduta, mas o porquê de não termos resposta daquilo que foi encaminhado. O deputado João Henrique trouxe uma denúncia grave, dizendo que a empresa foi impedida de trabalhar, impedida de fazer novos contratos, mas com certeza foram feitos porque quando um servidor é nomeado, ele tem acesso a todos os serviços. Eu não entendo porque esta Casa não assina a CPI, não faz uma investigação, pois o nosso papel é cuidar do servidor, cuidar da população e nós não estamos cumprindo isso. É um absurdo o que o deputado Pedro Kemp faz aqui hoje, defendendo uma má administração. Nós só queremos transparência, só queremos saber o que está acontecendo e porque o servidor tem que pagar mais. O presidente da Cassems não está cumprindo o compromisso firmado, nesta Casa, com os vinte e quatro deputados. Esta Casa tem que tomar uma atitude. Eu estou pronto para trabalhar, mesmo porque quem está defendendo os servidores somos nós, diferentemente do deputado Pedro Kemp que está aqui defendendo a direção da Cassems que se endividou por má administração e sei lá o que mais. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a fala de Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, só uma informação. O senhor me permite?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo rapidamente para não atrapalhar o raciocínio.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O deputado Londres Machado, que é o presidente da comissão da qual faço parte, deputado Neno Razuk, acabou de me ligar dizendo que o prazo para responder os ofícios que Vossas Excelências encaminharam para a Cassems, vence amanhã. Portanto, amanhã, a direção da Cassems vem aqui neste Plenário entregar as respostas ao presidente da Mesa Diretora, e os senhores vão poder se deliciar com os documentos, analisar e ver se tem irregularidades ou não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Conceda-me um segundo?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um minuto, deputado Zé Teixeira. Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu quero parabenizar Vossa Excelência porque o Plenário é um local para se discutir, para se debater, visto que as ideias nem sempre são convergentes. Eu não tenho contato nenhum na Cassems, não tenho acesso a documento nenhum, eu converso com presidente da Cassems e peço para ele cumprir com o dever dele que é informar a sociedade, em especial o Parlamento, sobre a gestão dele. Mas quero dizer que a conta que Vossa Excelência fez de um bilhão e quatrocentos milhões do contrato, é divergente do que ele informou por telefone, que é de três milhões de reais por mês, trinta e seis milhões de reais por ano, e trezentos e sessenta milhões de reais em dez anos, e não um bilhão e quatrocentos milhões de reais.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zé Teixeira, é um escárnio a diretoria atual fazer um contrato de dez anos que o próprio mandato não lhe ampara, e o que falei nesta tribuna é que precisa ser investigado. As informações que chegaram são sobre a existência desse plano, desse pacote, e os valores foram fornecidos para que a gente promova a investigação. Eu citei os valores iniciais, citei os valores do aditivo com as informações do contrato que está chegando agora. Então, deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que foi e sempre será um defensor do servidor público, essa empresa que a Agência Nacional de Saúde mandou embora do estado e determinou que ela vendesse a sua carteira, está processando a cidade de Maringá, para que os servidores públicos paguem a conta da má gestão feita por ela, e quem diz é ela, que é parceira da Suda Odonto, da Sudamed. Na verdade são as mesmas pessoas, ora na condição de sócios-proprietários, ora na condição de diretores, filiados a partidos políticos. Vossa Excelência precisa se preocupar com os servidores públicos, e nós estamos recebendo um alerta vermelho, porque o amarelo eu dei na tribuna, agora é da ANS, e nós precisamos fazer a nossa parte, mesmo porque colocamos sessenta milhões de recursos públicos dentro da Cassems. Para concluir, eu quero colocar outro fator preocupante, o "valuation", deputado Pedro Kemp. Quando é vendida a carteira, ela tem um valor, e informações nos chegaram de que estava sendo negociada com a Sul América, eu não tenho certeza, porque preciso das informações, mas são duzentos milhões de reais, não são sessenta milhões de reais que nós colocamos lá, e isso vai sair indiretamente do bolso dos recursos do contribuinte, dos servidores, porque poderia ter sido revertido, ninguém nos informou sobre esse "valuation". Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Rapidamente, deputado João Catan. Eu tive a oportunidade de solicitar ao presidente da Cassems, recebi cópia desse contrato, tenho um contrato comigo também. Quero deixar claro que se outros não têm, eu não posso falar nada, mas eu fiz diretamente essa solicitação e recebi. O ponto importante que eu quero colocar aqui é que a Cassems tem um conselho fiscal cuja responsabilidade é fiscalizar os atos da sua diretoria. A fala é no sentido de direcionar a Cassems ao conselho fiscal, porque os recursos quem paga são os servidores, e o conselho fiscal quem elege são os próprios servidores, para fiscalizar as contas da Cassems. Então, a responsabilidade, a competência de fiscalizar e dizer se o contrato é correto ou não, é do conselho fiscal da Cassems. Quero deixar de forma clara que a nós cabe, sim, a responsabilidade sobre a fiscalização dos sessenta milhões aprovados por nós. Ou seja, as três parcelas que serão repassadas nós poderemos fiscalizar, porque esse recurso é público e a Assembleia Legislativa entreviu através de uma

comissão para que fosse atendido com o repasse à Caixa de Assistência dos Servidores Públicos. Apenas para prestar este esclarecimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Já acabou o meu tempo. Agradeço o vosso aparte e termino, mas não sem antes expressar minha preocupação com essa informação colocada por Vossa Excelência. A Cassems respondeu diretamente a Vossa Excelência, antes de responder o próprio requerimento da comissão criada especificamente para isso? Se respondeu Vossa Excelência, deveria ter respondido ao mesmo tempo a comissão e não esperado o último dia para responder aos deputados. Veja a gravidade do que está acontecendo dentro da Cassems. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Temos ainda alguns minutinhos antes da Ordem do Dia, menos de dez minutos, mas eu vou seguir a ordem. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Já falou. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em votação final. Projeto de Lei nº 05/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Dispõe sobre o direito de mulheres terem acompanhante nas consultas e exames, em estabelecimentos públicos e privados de saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 05/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Quero parabenizar o deputado Marcio Fernandes pela sensibilidade desse projeto de lei, e dizer que nós também tivemos um projeto de lei semelhante que já foi sancionado pelo governador Eduardo Riedel, uma proposta que saiu deste Parlamento e se tornou modelo para todos os estados da Federação, para que as mulheres em situação de sedação, estando inconscientes total ou parcialmente, tivessem

acompanhante do sexo feminino para que a integridade física delas fosse mantida. Então, esse projeto de lei vem para corroborar ainda mais com as propostas que têm partido deste Parlamento. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Hoje ela está na Suíça, nos representando na assembleia da ONU.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 02. Em redação final. Projeto de Lei nº 021/2023. Autor: deputado Neno Razuk. Assegura às crianças assentos próximos ao seu responsável na questão de passagem de transporte intermunicipal, no estado de Mato Grosso do Sul. A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 021/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Vota sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 243/2023. Autor: deputado Gerson Claro. "Declara de utilidade pública estadual o Instituto Causadores da Alegria, com sede em Campo Grande". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 243/2023, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CAMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo- secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 197/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação do dispositivo da Lei nº 2315, que diz respeito à devolução e restituição de débitos tributários". A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 197/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Matogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e dois votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 075/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "As operadoras de planos privados de assistência à saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, devem informar às beneficiárias gestantes sobre o direito à cobertura ao atendimento nos casos de urgência e emergência". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 1, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 075/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaração e voto do deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — O objetivo da presente proposição é resguardar o direito da gestante beneficiária do plano de saúde na modalidade "contrato hospitalar sem obstetrícia", de obter a cobertura mínima no atendimento de urgência decorrente à complicações no processo gestacional. A prestação de serviço na modalidade de contrato hospitalar sem obstetrícia está somente vinculado em regime de internação hospitalar sem limitação de prazo, excluídos os procedimentos obstétricos, o que fere o direito à vida, à saúde, à proteção e à defesa do consumidor. No caso do plano de saúde hospitalar sem obstetrícia, a redação do artigo 12 da Lei nº 9.656/1998, prevê que a cobertura mínima está vinculada à prestação de serviço em regime de internação hospitalar sem limitação de prazo, excluídos os procedimentos obstétricos. Por outro lado, o mesmo artigo resguarda que o plano hospitalar com obstetrícia garante, além da internação, o atendimento obstétrico, cobertura assistencial ao recém-nascido durante trinta dias após o parto. Assim, a ministra e relatora Nancy Andrichi, da 3ª Turma do STJ, entendeu que nesse contexto confere que para ter direito à cobertura do parto pelo plano de saúde, a beneficiária precisa ter contratado a segmentação hospitalar com obstetrícia, assim disse a ministra. É só, senhor presidente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à Segunda. Item 6. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria que fosse registrado o meu voto contrário no Item 2, Requerimento nº 04604/2023. Voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão única e votação simbólica, quatro requerimentos, vinte indicações, uma moção de aplauso e quatro moções de congratulação, com o voto destacado já no Item 2. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados, com um voto contrário anteriormente registrado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, está votando um requerimento em bloco?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isso, em bloco.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas sem a gente saber quais são?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Todos os requerimentos são registrados, apenas quando alguém pede destaque, o requerimento é votado individualmente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Então eu vou votar contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então são dois votos contrários no Item 2. Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O senhor falou que está votando em bloco tantos requerimentos, eu não li, pode até estar sobre a mesa, e o meu dever é pegar os requerimentos para saber o que é.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Compreendo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Se o requerimento é sobre a homenagem ao ex-presidente Michel Temer, eu voto a favor porque já votei a favor da comenda aqui na Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado um voto contrário ao requerimento com um voto destacado. Item 6. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento do senhor Antônio Marcos Pereira Boaventura. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Aparecido Carlos Roberto Simões. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Thiago Eloy de Oliveira Batista. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Comunico aos senhores deputados que hoje nós temos manifestação externa. Convido o deputado Renato Câmara e reitero que a manifestação externa é muito importante, pois trata do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul. Passo a presidência ao deputado Renato Câmara para chamar à tribuna a pessoa que fará a manifestação. Na presidência, o deputado Renato Câmara.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Eu gostaria de convidar o professor Fábio Ayres para explicar acerca da importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), uma ferramenta muito importante para discutir a questão do ordenamento territorial, principalmente neste momento em que se discute a Lei do Pantanal. Seja bem-vindo, professor, a palavra está com Vossa Excelência.

SENHOR FABIO AYRES (professor) — Deputado Renato Câmara, obrigado pelo convite e pela oportunidade de fazer a explanação sobre essa temática relacionada ao Zoneamento Ecológico-Econômico para o estado de Mato Grosso do Sul. Quando nós falamos sobre o nosso território, Mato Grosso do Sul se apresenta com algumas singularidades, como a sua localização geográfica e territorial privilegiada

sobre uma distribuição de recursos hídricos que formam a Bacia do Prata, dividindo na Bacia do Alto Paraguai e na Bacia do Rio Paraná, colocando Mato Grosso do Sul nesse eixo de integração ecológica-econômica. Mato Grosso do Sul vem na vanguarda da constituição desses instrumentos, entre eles o Zoneamento Ecológico-Econômico para a organização da gestão e ordenamento territorial para o território do estado de Mato Grosso do Sul. Em 1981, foi instituída a Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e traz, entre outros, um dos instrumentos da sua implantação do zoneamento ambiental. Esse zoneamento ambiental foi regulamentado em 2002, foram dezenove anos até a sua regulamentação, mas nós tivemos um avanço, pois o Zoneamento Ecológico-Econômico traz a palavra "econômica" agregada ao zoneamento ambiental, e essa inserção permite uma gestão e ordenamento territorial na sua leitura e na sua compreensão. O governo federal diz que cabe aos estados e às regiões elaborarem seus instrumentos, seus Zoneamentos Ecológico-Econômicos. O governo federal instituiu o consórcio ZEE Brasil que passa a ter a referência para entender quais são os instrumentos necessários, qual o escopo mínimo necessário para que tenhamos este instrumento de ordenamento e gestão, que é fundamentado em um estudo técnico para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, elaborado pela professora Berta Becker e pelo professor Cláudio Eder, que apresenta suas diretrizes. Em 2007, o Mato Grosso do Sul, sensível a essas situações, começou a elaboração do seu Zoneamento Ecológico-Econômico, trabalhando com três aproximações no sentido de escalas, de análises, e de ordenamento territorial. A primeira aproximação seria aquela de âmbito do estado para entender todas as vocações, todas as relevâncias ambientais que existiam ali, fazer a distribuição em zonas, arcos de expansão, eixos de integração, e potenciais corredores de biodiversidade. Esse conjunto de instrumentos que faz parte do Zoneamento Ecológico-Econômico foi aprovado em 2009 pela Lei nº 3.839, instituída por esta Casa, que aprova a primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico e instituiu o Plano de Gestão Territorial (PGT). A partir dali, a segunda aproximação começa preenchendo algumas lacunas de detalhamento no âmbito socioeconômico, econômico e ambiental, e isso permitiu, de 2010 a 2014, um aprofundamento, uma aproximação maior na escala que trouxe este detalhamento para começarmos a ter um olhar mais específico para identificar aqueles pontos mais sensíveis nas condições ambientais e, por sua vez, potencializar aquelas áreas para o desenvolvimento socioeconômico para o estado de Mato Grosso do Sul. Então, servido com esses instrumentos, o nosso estado está na vanguarda porque ele é um dos primeiros estados do país que instituiu a prova como lei e continua o desenvolvimento dos seus trabalhos, direcionando recursos públicos e privados, e permitindo uma leitura territorial mais justa e transparente para toda a sociedade. Quando nós olhamos para o desenvolvimento e para o detalhamento do local, a aproximação chega na escala dos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul, que têm diferentes particularidades. Então, na primeira aproximação, o Zoneamento Ecológico-Econômico criou as dez zonas, e como nós temos setenta e nove municípios, é necessário fazer essa leitura dentro deles para compreender como se faz isso. No momento da construção dessa terceira aproximação, nós começamos a identificar quais eram os municípios que já estavam trabalhando com essa escala municipal para o desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-Econômico. Para o país nós tínhamos o município de Resende, que está ali entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e o instrumento era muito mais para trabalhar somente a condição das indústrias, para atrair e ofertar o seu território. O município de Goiânia já apresentava, mas trazia muitas

vertentes para a questão geotécnica, para o desenvolvimento de riscos geológicos que estavam naquela configuração. Quando nós começamos a entender que ele seria um instrumento de leitura do território, nós começamos a buscar lá do princípio, por que o Zoneamento Ecológico-Econômico verte do Zoneamento Ambiental que também tem uma previsão dentro do Estatuto da Cidade, de 2001, que prevê o Zoneamento Ambiental para os municípios. Eu posso até me referir ao Estatuto da Cidade porque é uma lei mais urbanística e, quando nós falamos da política nacional de meio ambiente, ela é uma lei mais ambiental, e as duas se complementam na gestão do território. Então, hoje, nós conseguimos olhar e verificar que elas não se sobrepõem, mas se somam, esses instrumentos se fazem necessários para olhar o território. Da mesma forma que um plano diretor acontece na cidade, a população é o elemento fundamental para apontar qual é a agressão do município. O Zoneamento Ecológico-Econômico é o instrumento que vai ser o Plano Diretor, inclusive o deputado Renato Câmara fez a menção que o Zoneamento Ecológico-Econômico é o Plano Diretor da área rural do município, e é assim que nós precisamos enxergar, é assim que nós precisamos entender, porque nada melhor do que o usuário do território para compreender as suas vocações, é ele quem sabe que se usar além daquela capacidade, vai ter esgotamento de recursos naturais e não vai conseguir desenvolver suas atividades econômicas. Essa terceira aproximação em que nos encontramos neste momento para o estado de Mato Grosso do Sul, é o exercício que os municípios têm que fazer para os seus locais, para os seus internos, e observar que é o momento de apontar as direções e levar esses caminhos para encontrar o desenvolvimento do seu território. Isso hoje se faz importante, pois já temos esse arranjo estadual que se apresentou na primeira aproximação, colocando as leis, trazendo para nós as recomendações, então é importante observar que o Zoneamento Ecológico-Econômico não é uma lei coercitiva, mas é um instrumento de disciplinamento, de orientação, e quando nós olhamos, temos as recomendações. Há uma determinada área que tem uma recomendação para determinada atividade econômica, outra área que tem outra recomendação, e eu tenho recomendações sobre manejo especial. Então, o empreendedor, o agente público, vai conseguir compreender e verificar qual a melhor realização e execução das suas atividades, dos seus empreendimentos e serviços, nesse ponto de vista. Para que haja integração dos municípios, eles precisam conversar para que a gente possa entender as regiões. Nós já temos na configuração dos elementos ecológicos-econômicos, as zonas homogêneas que foram consolidadas, mas eu trago como exemplo a região da Serra da Bodoquena que tem uma particularidade pela sua condição geológica, muito sensível, pelo atrativo turístico, pelo trade turístico que ali se desenvolve e demanda dessas condições naturais, como as atividades de pecuária e de agricultura que devem ser organizadas. Quando nós falamos organizadas, nós trabalhamos um conceito de território organizado, nós precisamos organizar esses municípios, nós precisamos trabalhar como território organizado onde o desenvolvimento ecológico-econômico é o instrumento que vai permitir essa integração, atrair desenvolvimento econômico, social e ambiental para que possamos não degradar aquele espaço, mas que possamos potencializar e levar para toda a sociedade as condições de uso e que eles possam ter a melhor relação, um melhor direcionamento para os municípios. Nesse cenário atual, nós podemos olhar a questão da celulose, a borda leste de Mato Grosso do Sul, podemos olhar a Rota Bioceânica que se apresenta aqui, podemos entender a condição do Pantanal que se estabelece, e podemos olhar para alguns municípios que se encontram ali. Hoje nós temos o Zoneamento Ecológico-Econômico em sua terceira

aproximação, já realizado em Campo Grande, instituído como lei municipal desde 2020. Aliás, Campo Grande é o único município do País que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico na condição municipal em lei. Estamos trabalhando agora no desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-Econômico do município de Jaraguari, fizemos um mapeamento e essa leitura nos surpreendeu pela quantidade de nascentes que existem lá, chegando ao número de mil e duzentas nascentes. Estamos em uma região que é o berço das nascentes, nós temos e precisamos das atividades, mas também precisamos fazer essa relação de forma adequada. Hoje nós temos algumas ações de correção de solo que vão proteger as nascentes, vão proteger as áreas de atividades econômicas, de agricultura e de pecuária, e os proprietários estão sensíveis a essa condição, entendem a importância para o desenvolvimento, para a leitura do seu território como um todo. Da mesma forma que olhamos para a área urbana, nós queremos uma qualidade de vida, estamos buscando. Eu sempre faço a menção de que todos nós queremos morar do lado da mata, nós não queremos morar do lado do mato. Vejam como uma letra traz toda uma mudança de sentido. Então o que nós queremos de Mato Grosso do Sul, não vou chamar de Mata Grosso do Sul, é que tenhamos condições que permitam o desenvolvimento econômico-social, para que a gente possa ser referência para o desenvolvimento do estado. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero agradecer ao professor Ayres por explanar sobre esse instrumento essencial para o ordenamento dos territórios municipais. Até então isso era desconhecido, principalmente para a classe política, mas através do estudo do Zoneamento Ecológico-Econômico, se descobriu as mil e duzentas nascentes em Jaraguari, o que muda completamente o olhar da gestão com relação aos potenciais econômicos, turísticos, o que pode, o que não pode, qual é o grau dos solos, enfim, é um leque que se abre. Eu tive a primeira oportunidade, há quatro anos, de ouvir a sua palestra, e isso mudou minha forma de olhar a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico, por que às vezes as pessoas têm uma certa crítica, mesmo sem conhecer o que é exatamente. Foi importante a sua presença aqui para falar um pouco desse tema, e nós estamos discutindo na Comissão de Meio Ambiente para ter o Zoneamento Ecológico-Econômico como um dos itens do ICMS Ecológico. O ICMS Ecológico precisa também ser conhecido com mais profundidade, mesmo porque, hoje temos dificuldade de conhecer os seus números e quais as ações que os municípios estão fazendo, já que é fundamental colocar como quinto item no Zoneamento-Ecológico o ICMS Ecológico. A gestão dos destinos dos recursos sólidos, deputada Lia, só foi resolvida quando se colocou como item no ICMS Ecológico, os municípios se organizaram, criaram consórcios e deram um jeito. Eu tenho militado na Comissão de Meio Ambiente para que seja acrescentado como quinto item, para que os municípios tenham acesso ao ICMS Ecológico, porque é uma lei que já existe, que proporciona benefícios, e que precisa ser ampliada, ainda mais agora com a Rota Bioceânica. Nós temos que discutir esse grande Plano Diretor da Zona Rural para ter um ordenamento dos investimentos empresariais, porque tem muita gente querendo saber onde vai colocar postos de gasolina, empresas distribuidoras, etc., mas ainda com poucas informações sobre o nosso território. Então, esse é um passo importante, a sensibilização sobre a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico, e estamos buscando fazer essa sensibilização junto com os colegas deputados, com a sociedade, para que se possa entender que a segurança é um instrumento que não vem para barrar



nada, não vem para proibir investimentos, mas é uma ferramenta que vem auxiliar a tomada de decisões dos gestores. Muito obrigado pela sua presença. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão(11h32min).